

Superior Tribunal de Justiça

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.810.231 - MT (2019/0122881-5)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
AGRAVADO : IVALDEIR FREITAS DA SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, às e-STJ fls. 265-273, contra decisão monocrática desta relatoria que deu provimento ao recurso especial da defesa para compensar a atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência.

Sustenta o agravante, em síntese, que a compensação deferida no *decisum* singular se mostra inoportuna no caso concreto, uma vez que "*o cidadão portador de múltiplos registros processuais condenatórios, a exemplo do réu Valdeir Freitas da Silva, não pode receber o mesmo tratamento jurídico do criminoso eventual, portador de apenas um veredicto em seu desfavor, sob pena de inverter-se a lógica dosimétrica, fazendo tábula rasa ao princípio maior da igualdade/isonomia*". (e-STJ fl. 270).

É o relatório.

Depreende-se dos autos que o réu foi condenado pelo crime previsto no art. 180, *caput*, do Código Penal, tendo-lhe sido cominada pena de 1 (um) ano e 2 (dois) meses de reclusão, sob regime inicial semiaberto, e de 10 (dez) dias-multa, no valor unitário mínimo legal (e-STJ fls. 130-137).

O Tribunal *a quo* negou provimento à apelação defensiva para manter na íntegra a sentença penal condenatória (e-STJ fls. 183-196).

Nas razões do recurso especial, a defesa reputou contrariado o art. 67 do Código Penal. Argumentou que a atenuante da confissão espontânea devia ser integralmente compensada com a agravante da reincidência, ainda que específica (e-STJ fls. 210-224).

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ fls. 228-239), após o juízo prévio de admissibilidade (e-STJ fls. 240-242), os autos ascenderam ao Superior Tribunal de Justiça.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal, na condição de *custos legis*, ofertou parecer pelo desprovimento do inconformismo (e-STJ fls. 254-257).

Por decisão desta relatoria, foi provido o recurso especial defensivo para se realizar a compensação integral entre a atenuante da confissão espontânea e a agravante da reincidência (e-STJ fls. 259-262).

Daí a apresentação deste regimental pelo órgão de acusação.

A pretensão recursal merece acolhida.

Com efeito, ao se revisitar os fundamentos do acórdão recorrido, deles se extrai a informação de que a execução penal – Processo n. 5539-34.2009.8.11.0006 – considerada pelo Juízo de primeiro grau no agravamento da reprimenda pela reincidência (e-STJ fl. 135) contempla o resgate de duas condenações definitivas distintas, uma por tráfico de drogas e outra por receptação.

A propósito, no voto condutor do julgado recorrido constou (e-STJ fl. 193):

Superior Tribunal de Justiça

Impende registrar que o magistrado sentenciante fixou a pena-base em seu mínimo legal e, na fase intermediária, apesar de reconhecer a atenuante da confissão espontânea, compensou-a parcialmente com a agravante da reincidência.

A despeito de maiores esclarecimentos sobre os registros criminais do acusado, o Ministério Público ventilou nas suas contrarrazões que VALDEIR é multirreincidente, uma vez que ostenta duas condenações no mesmo executivo de pena (Autos n. n. 5539-34.2009.811.0006 - Código 90297).

Em consulta realizada nesta data no sistema de acompanhamento processual deste Tribunal, constatei que o acusado, como bem destacado pelo Ministério Público, foi condenado à reprimenda de 7 (sete) anos e 3 (três) meses de reclusão, pela prática do crime de tráfico de drogas, bem como à pena de 3 (três) anos e 7 (sete) meses de reclusão pelo delito de receptação.

Por esse prisma, está com a razão o agravante no tocante à inviabilidade da compensação integral pleiteada pela defesa, pois, consoante afirmado pelo Tribunal de origem, o réu é multirreincidente.

De fato, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, "o concurso entre circunstância agravante e atenuante de idêntico valor redundará em afastamento de ambas, ou seja, a pena não deverá ser aumentada ou diminuída na segunda fase da dosimetria. Todavia, tratando-se de réu multirreincidente deve ser reconhecida a preponderância da agravante prevista no art. 61, I, do Código Penal, sendo admissível a sua compensação proporcional com a atenuante da confissão espontânea, em estrito atendimento aos princípios da individualização da pena e da proporcionalidade. [...] Descabe falar em compensação integral entre a atenuante da confissão espontânea e a agravante da recidiva, considerando que a ré ostenta duas condenações transitadas em julgado a serem valoradas na segunda etapa do cálculo dosimétrico" (HC 499.690/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 02/04/2019, DJe 08/04/2019).

No mesmo sentido:

RECURSO ESPECIAL. FURTO. DOSIMETRIA. CULPABILIDADE. VALORAÇÃO NEGATIVA AFASTADA. AUSÊNCIA DE REPROVABILIDADE ESPECIAL NA CONDUTA. MULTIRREINCIDÊNCIA. CONFISSÃO. COMPENSAÇÃO PARCIAL. REDUÇÃO DE 1/5. TENTATIVA. PROXIMIDADE DA CONSUMAÇÃO DO DELITO. REDUÇÃO DE 1/3. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. SÚMULA 7/STJ. PENA DE MULTA. CRITÉRIO TRIFÁSICO. PRESCRIÇÃO SUPERVENIENTE. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DO RECORRENTE.

[...]

3. A jurisprudência desta Corte, no julgamento do EREsp 1.154.752/RS, apreciado sob o rito dos recursos repetitivos, em

Superior Tribunal de Justiça

23/5/2012, pacificou o entendimento de que a agravante da reincidência deve ser compensada com a atenuante da confissão espontânea, porquanto ambas envolvem a personalidade do agente, sendo, por consequência, igualmente preponderantes. Tal entendimento sofre alteração quando reconhecida a situação de réu multirreincidente, hipótese na qual, como regra, não será devida a compensação integral entre a confissão e a reincidência.

4. Tratando-se de réu multirreincidente, cabível a compensação parcial da atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência. 5. Esta Corte admite a aplicação de fração superior a 1/6 na segunda etapa da dosimetria da pena, em razão da incidência de circunstâncias agravantes, desde que o julgador apresente fundamentos idôneos para justificar a exasperação.

[...]

9. Recurso especial provido em parte para afastar a circunstância judicial da culpabilidade e fixar a pena do crime de furto em 9 meses e 18 dias de reclusão, em regime semiaberto, e 8 dias-multa e, em consequência, declarar, de ofício, a extinção da punibilidade do recorrente, com fundamento nos arts. 109, VI, do CP.

(REsp 1777169/AL, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 14/05/2019, DJe 23/05/2019)

E ainda:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. ROUBO. DOSIMETRIA. CONFISSÃO ESPONTÂNEA. IMPOSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO INTEGRAL COM A AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA. MULTIRREINCIDENTE. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. WRIT NÃO CONHECIDO.

[...]

II - A Terceira Seção deste eg. Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 1.341.370/MT, firmou entendimento no sentido de que "é possível, na segunda fase da dosimetria da pena, a compensação da atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência."

III - In casu, tratando-se de paciente multirreincidente, com três condenações por outros crimes, não há que se falar em compensação integral da atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência. Nesse diapasão, o agravamento da pena na fração de 1/4 (um quarto) foi corretamente fundamentado pelo Tribunal a quo, em razão da multirreincidência do paciente. Precedentes.

Habeas corpus não conhecido.

(HC 477.375/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 11/02/2019)

Assim, nos termos dos arts. 255, § 4º, inciso II, e 258 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, reconsidero a decisão proferida às e-STJ fls. 259-262, a fim de negar provimento ao recurso especial interposto por IVALDEIR FREITAS DA SILVA.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro JORGE MUSSI
Relator

